

A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO CONCEITO DE AMÉRICA LATINA: DESVENDANDO UMA IDENTIDADE

Dayane de Freitas Colombo Rosa

Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Maringá, coordenadora pedagógica da Escola Municipal Alberto Bonini de Astorga e professora na Faculdade Astorga – FAAST
dayemarcio@hotmail.com

Profª Drª Roseli Gall do Amaral

Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Maringá, Doutora em Estudos Clássicos (Mundo Antigo) pela Universidade de Coimbra e professora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, campus Apucarana
amararoseli@gmail.com

Professor Drº José Joaquim Pereira Melo

Doutor em História e Sociedade pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho e professor da Universidade Estadual de Maringá.
pereirameloneto@hotmail.com

RESUMO: O objetivo desse artigo foi investigar como surgiu o conceito de América Latina, na tentativa de refletir sobre a construção de sua identidade, e qual a influência dessa identidade na formação educacional e cultural, a partir do entendimento de Hall (2006) de que a mesma é formada na interação entre o eu e a sociedade, ou seja, pelo processo de inculturação, de ensino dos valores e costumes de determinado povo. A identidade latina ainda é um tema em construção, nesse sentido foram discutidos os autores Ardao (1978), Souza (2011), Mignolo (2007) Quental (2012); Quijano (2012); Gavião (2013) e Hall (2006). Para tanto, utilizou-se como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica em uma abordagem dialética, tendo a análise histórica como eixo norteador. O ponto de partida foi que o conceito América Latina se desenvolveu no interior do sistema social europeu desde os tempos de colonização. Nesse sentido traz consigo uma herança identitária por vezes carregada de adjetivos negativos o que justifica a aceitação de valores, ideias, sentimentos e atitudes eurocêntricas. A análise histórica possibilitou a compreensão de que se faz necessário fomentar o estudo da história da América Latina e o domínio do conhecimento de suas origens, o que justifica a identidade de um povo resistente, guerreiro que representa a unificação das diferenças.

Palavras-chave: América latina; História; Identidade.

THE HISTORICAL CONSTRUCTION OF THE LATIN AMERICAN CONCEPT: UNVEILING AN IDENTITY

ABSTRACT: The objective of this article was to investigate how the concept of Latin America emerged, in an attempt to reflect on the construction of its identity, and what is the influence of this identity on educational and cultural formation, based on Hall's (2006) understanding that it is formed in the interaction between the self and society, that is, through the process of inculturation, of teaching the values and customs of a specific people. Latin identity is still a theme under construction, in this sense the authors were discussed Ardao (1978), Souza (2011), Mignolo (2007) Quental (2012); Quijano (2012); Gavião (2013) and Hall (2006). To this end, bibliographic research was used as a methodological procedure in a dialectical approach, with historical analysis as the guiding axis. The starting point was that the Latin America concept has developed within the European social system since the times of colonization. In this sense, it brings with it an identity heritage sometimes loaded with negative adjectives, which justifies the acceptance of Eurocentric values, ideas, feelings and attitudes. Historical analysis made it possible to understand that it is necessary to promote the study of the history of Latin America and the mastery of knowledge of its origins, which justifies the identity of a resistant people, warriors that represent the unification of differences.

Keywords: Latin America; Story; Identity.

1. INTRODUÇÃO

A identidade do povo latino-americano é um tema que tem sido alvo de discussões teóricas no ramo das ciências humanas que problematizam e compreendem esse fenômeno como um todo indissociável das questões econômicas, políticas, sociais e culturais imbricado numa relação dialética complexa, porém pouco ensinado ao povo latino.

Para Alvarez (2016) falar em identidade latino-americana implica remontar à época colonial e traçar uma trajetória que se estende até os dias atuais, observando nos diferentes períodos históricos a operação e a ressignificação do termo, a partir da conservação de determinados traços e da negociação, exclusão e inclusão de outros. O momento inicial das transformações que conduziram a ideia de um “modo latino-americano de ser” partiram do encontro entre os europeus e índios, povos portadores de culturas díspares.

As discussões sobre a identidade latina, para Vieira e Castañeda (2009) ganharam destaque no campo da História e Historiografia da Educação com as comemorações em 2004 dos 500 anos do início da colonização europeia nas Américas. Para as autoras, essas discussões podem ser divididas em dois grupos: o primeiro, associa identidade e cultura aos valores, costumes e padrões de comportamento comuns em determinada região. O segundo, aborda identidade do ponto de vista ontológico, ou seja, procura “[...] resgatar o significado que o termo expressa e a função social a que se presta tal discussão, resgatando a ideologia que contém aceitando ou rejeitando tais análises” (VIEIRA; CASTAÑEDA, 2009, p.2).

O primeiro grupo, segundo as autoras, aproxima-se dos estudos que enfatizam a subjetividade e o segundo aos estudos relativos a racionalidade: “[...] assim é possível considerarmos as duas conotações distintas, embora componentes de uma mesma totalidade: uma que enfatiza a subjetividade e outra vinculada à racionalidade” (VIEIRA; CASTAÑEDA, 2009, p.6).

Ao partir do pressuposto de identidade do ponto de vista ontológico, compreende-se que a identidade social se configura em um conjunto de papéis que o sujeito desempenha na sociedade. Esses papéis atendem, portanto, a relações sociais específicas e articulam-se a representações psicológicas por se referirem às expectativas da sociedade (SILVA, 2009). Nesse sentido, segundo Silva (2009), a identidade social pode ser construída no intuito de consolidar as relações sociais de dominação.

Fato que permite inferir porque ainda é comum na maioria das escolas latino-americanas ensinar história a partir de uma perspectiva eurocêntrica, enfatizando os “heróis” e as datas das conquistas fundamentais que ocorreram no mundo. Fazendo-nos desconhecer nossas origens nativas, Astecas, Incas e Maias¹ e buscar nos europeus nossa identidade. Para Manacorda (1989) a educação perpassa por três pontos básicos: a inculturação, a instrução intelectual e a aprendizagem do ofício. A inculturação consiste na transmissão dos valores e costumes, ou seja da cultura, sendo essa fio condutor na perspectiva de Hall (2006) para a construção de uma identidade. Para o autor: “[...] o sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o "eu

¹Foram povos que dominaram as Américas antes da chegada dos europeus no século XVI e que apresentavam um grau elevado de desenvolvimento cultural, eram organizados em estados e comandados por um complexo sistema religioso.

real", mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais "exteriores" e as identidades que esses mundos oferecem" (HALL, 2006, p.11).

Os autores Nemi e Martins (1996) argumentaram que "se considerarmos o enorme poder político e social que adquirem as populações que dominam o saber sobre suas histórias, é de se indagar quem teria interesse em limitar as informações aos heróis e datas destacados" (NEMI; MARTINS, 1996, p.9). Tendo em vista que "[...] tomar consciência da própria identidade, tomar consciência de si é um primeiro passo para alterar, se necessário, a identidade social, como dominado" (SILVA, 2009, p.203). Nesse sentido, torna-se possível e necessário problematizar de que a escolha de enfatizar o ensino de história a partir da afirmação de determinadas características identitárias em detrimento de outras pode ser uma escolha política (ALVAREZ, 2016).

Essas constatações suscitaram as questões: Qual o conceito de América Latina? E qual a identidade Latino-americana? O que justifica a escolha do objeto de pesquisa deste trabalho: o conceito América Latina. O objetivo geral foi refletir sobre a construção histórica desse termo no intuito de verificar de que forma esta construção histórica contribuiu ou ainda contribui para a formação da identidade latina.

2. METODOLOGIA

O artigo foi estruturado por um caráter bibliográfico, utilizou-se como referência de leitura autores que possibilitaram maior entendimento sobre o conceito de América Latina, tais como: Ardao (1978), Souza (2011), Mignolo (2007) Quental (2012); Quijano (2012), Gavião (2013) e Hall (2006) fundamentando-se no princípio de que a identidade de um povo é construída socialmente, de forma dialética, a partir da materialidade em que vivem.

A finalidade da pesquisa bibliográfica, segundo Lakatos e Marconi (2006, p.183), é "[...] colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto", o que permite uma constante busca teórico-prática do pesquisador e pode definir um processo intrinsecamente inacabado e permanente (LIMA; MIOTO, 2007), e envolve a construção de um recurso metodológico que permite "[...] pinçar das obras escolhidas os temas,

os conceitos, as considerações relevantes para a compreensão do objeto de estudo” (LIMA; MIOTO, 2007, p.41).

Nesse sentido, em um primeiro momento para selecionar os textos de referência de leitura foram utilizados os parâmetros: temático e linguístico (português e espanhol). Dentre os textos selecionados, optou-se em fazer uma leitura interpretativa dos que eram mais citados na ferramenta de busca do Google Acadêmico. A leitura interpretativa foi realizada a partir do entendimento de que o conhecimento não se configura na transposição da realidade para o pensamento, mas, na reflexão crítica da mesma o que contribui para a formulação de uma síntese, ou seja, a formulação de um concreto pensado.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O conceito América latina surgiu aproximadamente no século XIX. No entanto, pode-se considerá-lo indissociável ao conceito de raça que, por sua vez, pode ter tido, segundo Mignolo (2007) suas origens na cosmovisão cristã. A cosmovisão cristã, até aproximadamente 1500, dividia o mundo em três continentes que representavam a descendência dos três filhos de Noé. Essa visão tripartida do mundo foi influenciada pelas ideias de Aurelius Augustinus (354-430), conhecido como Agostinho de Hipona e ou Santo Agostinho, no Volume III da sua obra “*A Cidade de Deus*”, que contém os livros XVI à XXII.

Para essa cosmovisão a Europa representava os descendentes de Jafé, a África os descendentes de Cam e a Ásia os descendentes de Sem. Anos mais tarde essas ideias apresentadas pelo Bispo de Hipona se materializaram na representação cartográfica do mundo de Isodoro de Sevilla (560-636), que ficou conhecido como mapa T em O, sendo T representando o mar Mediterrâneo dividido nos três continentes até então existentes e o O um oceano circundante, como a figura abaixo demonstra:

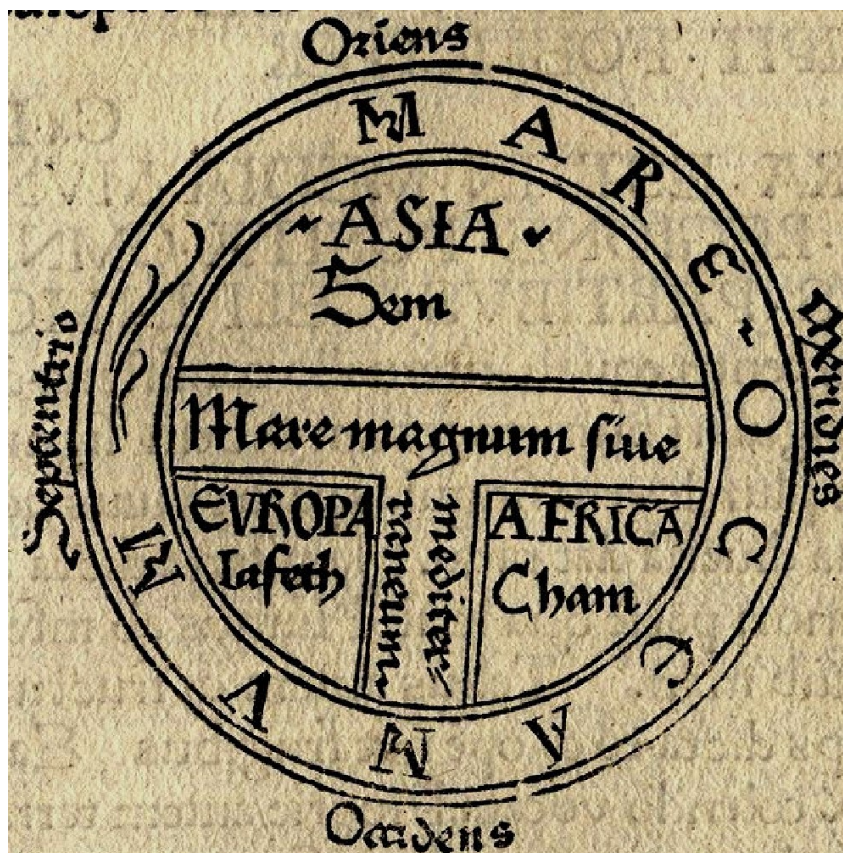


Figura 01 – Mapa Cristão T/O
Fonte: MIGNOLO, 2007, p.49.

O conceito de raça tem suas origens assim denominado somente no século XVIII, mas Mignolo (2007) em sua obra intitulada “La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial” expõe que de forma implícita esse conceito tem suas origens na visão cristã tripartida do mundo e está representado no mapa de Isodoro Sevilla. Para o autor:

[...] a *idea* de superioridad implícita en la clasificación cristiana de los pueblos según los continentes está presente en el mapa de T en O. La distribución geográfica de los tres hijos de Noé (Sem, Cam y Jafet), uno en cada continente, revela cómo se veía a Jafet en relación con sus hermanos (MIGNOLO, 2007, p.52).

Com o “descobrimento” da América, a mesma passou a ser o quarto elemento dessa divisão tripartida e referenciado como a extensão das terras de Jafé, argumento este que sustentou por muito tempo o suposto direito do domínio europeu sobre os povos que aqui se encontravam.

Assim, os mapas do século XVII são influenciados por essa visão de inferioridade e superioridade entre continentes sendo a Europa representada “en la parte superior izquierda; Asia, en la superior derecha, y África y América, en la parte inferior (casi siempre representadas por medio de mujeres desnudas o semidesnudas)” (MIGNOLO, 2007, p.52). O autor também argumenta que com a “descoberta” da América, foi possível pela primeira vez uma visão do que seria o todo do mundo e por consequência a Europa por sua localização geográfica passa de condição periférica para centro do mundo.

Gerardus Mercator (1512-1594) foi um cartógrafo flamengo que em 1569 representou o “Novo Mundo” em seu mapa-múndi como um continente separado dos outros três (Ásia, Europa e África), o que de acordo com Mignolo (2007, p.51), consolidou a ideia de que a “[...] América siempre se há concebido cómo um continente que no coexistia com los otros três sino que apareció tarde en la historia del planeta, razón por la cual se le dio el nombre de <<Nuevo Mundo>>”, fundamentando assim, a compreensão já discutida por muitos que se dedicaram ao estudo desse campo, de que a história da América se inicia após o “descobrimento” desse território por Colombo, silenciando a história dos povos que aqui se encontravam e a forma como denominavam suas terras Tawantisuyu², Anáhuac³ e Abya-Yala⁴. Pode-se observar esta representação a seguir:

² Tawantisuyu significa “Terra dos Quatro Cantos”, nome esse dado pelo Império Inca ao seu território.

³ Os astecas chamavam seu território de Anáhuac que significa “Deus é grande”.

⁴ Abya-Yala significa “Terra de em plena madurez ou Terra de sangue vital”, esse era o nome dado pelo povo Kuna antes da chegada dos europeus.

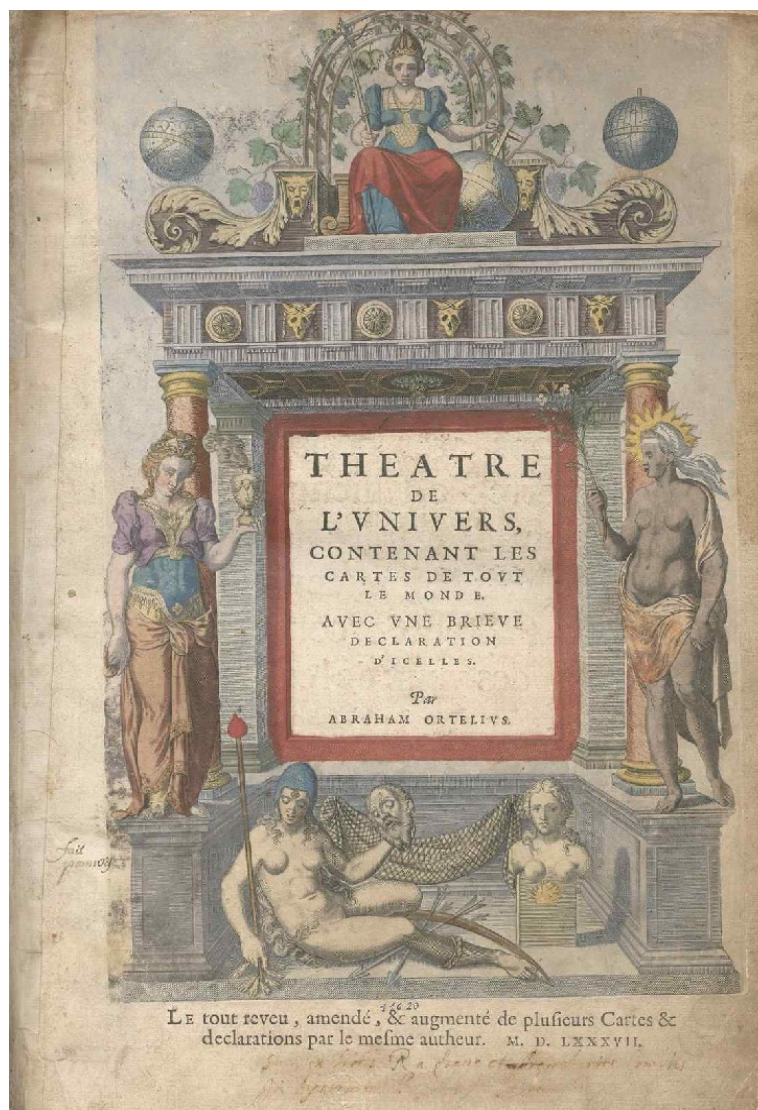


Figura 02 – Mapa-múndi de Gerardus Mercator em 1569
Fonte: GEORAMA, 1967, p.196.

Abraham Ortelius (1527-1598) também cartógrafo flamengo, desenvolveu o *Theatrum Orbis Terrarum*⁵ publicado pela primeira vez em 1570. Essa obra ficou conhecida como o primeiro Atlas moderno, nela contém 53 mapas com comentários específicos em cada um, a capa da obra chama a atenção pois traz alegorias do que significariam os continentes (figura 03). Pode-se observar a Europa como centro do mundo e o cuidado em se deixar os países europeus em lugar de destaque proporcionando a materialidade do sistema-mundial-moderno.

Para Aníbal Quijano (2005, p.117) a conquista da América proporcionou a ascensão do domínio europeu e “constitui-se como o primeiro espaço/tempo de um padrão de poder de vocação mundial e, desse modo e por isso, como a primeira identidade da modernidade”.

⁵ Teatro do Globo Terrestre.



**Figura 03 – Capa da obra *Theatrum Orbis Terrarum* de Abraham Ortelius.
Fonte: ORTELIUS, 1609, p.2.**

Corroborar-se com Carla Mary Oliveira em “*A América alegorizada: imagens e visões do Novo Mundo na iconografia europeia dos séculos XVI a XVIII*” do ano de 2014, quando explicita que a Europa está representada na capa do *Theatrum Orbis Terrarum* cheia de símbolos de poder, força e domínio. Dessa forma, como senhora do mundo pois está “sentada sob um caramanchão que sustenta uma frondosa parreira carregada de uvas. Em sua mão direita a mulher porta um cetro, com a esquerda segura a cruz armilar, sobre sua cabeça repousa uma coroa” (OLIVEIRA,

2014, p.31). A esquerda da cena está representada a Ásia bem vestida e com um recipiente com incenso “tanto sua roupa como o incenso remetem ao exotismo e ao mistério dos povos orientais” (OLIVEIRA, 2014, p.31). A África está à direita da cena, simples e sem ornamento, representado a ideia cristianizada da época de inferioridade e maldição. Para a autora a parte mais interessante da ilustração da capa do primeiro Atlas moderno é a representação da América:

A porção mais interessante da ilustração, certamente, é a inferior, onde se pode ver a representação feminina da América: nua, a mulher tem longos cabelos que se estendem até as próprias nádegas; sobre a cabeça, um gorro peruano de lã de alpaca; na mão direita, uma borduna estilizada, na esquerda, uma cabeça masculina decepada; na testa, uma joia adorna o semblante da americana; na panturrilha direita, um tipo de tornozeleira metálica; sob as pernas, um arco e duas flechas. Ao lado da mulher, um busto feminino aludindo à Magellanica, atrás, uma rede de dormir pendurada à parede. Selvageria e lascívia, canibalismo e violência: são estas as qualidades dos habitantes da América que a alegoria ressalta, oposição diametral à civilização, religiosidade e imponência da Europa, representada no topo da ilustração. A construção dessa imagem assinala, de forma evidente, a alteridade entre o Velho e o Novo Mundo (OLIVEIRA, 2014, p.31-32).

Para Mignolo (2007, p.28), “«America» nunca fue un continente que bubiese que descubrir sino una *invención* forjada durante el proceso de la historia colonial europea”, pois sem o ouro, a prata e as especiarias da América a Europa não se constituiria grande potência. Dessa forma, Mignolo (2007) argumenta que a ideia de América “no puede comprenderse sin la existencia de una división tripartita del mundo previa al descubrimiento/invención del continente, con sus correspondientes connotaciones geopolíticas cristianas” (MIGNOLO, 2007, p.23).

Desse modo, as relações sociais desenvolvidas com a conquista da América constituem a ideia de raça da modernidade, pois as diferenças biológicas como cor dos olhos, do cabelo e da pele, assim como os costumes ditos como civilizados e não-civilizados, constituem o que passa a ser nomeado de índio, negro, mestiço, europeu, branco, espanhol e português e, aos poucos essas diferenças definem tanto a localização geográfica quanto aos papéis e hierarquias de cada um nas relações sociais de dominados e dominantes. Aníbal Quiniano (2005, p.118) explicita que:

Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial.

Essas novas relações sociais estabelecidas proporcionaram também um padrão global como nunca antes na história de controle de trabalho, e cada controle esteve a princípio e ou até hoje está relacionado com a raça na qual cada um se insere. Aos brancos a exploração se converteu na relação capital-salário e aos índios, negros e mestiços ao trabalho sem remuneração. “O fato é que já desde o começo da América, os futuros europeus associaram o trabalho não pago ou não-assalariado com as raças dominadas, porque eram raças inferiores” (QUIJANO, 2005, p.120). Na América, essas formas de controle do trabalho não se constituíram de forma linear e sim simultaneamente, e todas configuraram aquilo que seria denominado de capitalismo mundial. Assim, Para Quijano (2005, p.120), o “capitalismo mundial foi, desde o início, colonial/moderno e eurocentrado”.

Outro fator que contribuiu para “naturalizar” o povo europeu como raça superior e, todas as outras que existiram antes como passado, além do controle das diversas formas de trabalho, foi também o fato de que a Europa concentrou esforços para assumir o controle da cultura, subjetividade e da produção de conhecimento. Aníbal Quijano (2005, p.121) explicita que para efetivar essa prática coercitiva:

Em primeiro lugar, expropriaram as populações colonizadas – entre seus descobrimentos culturais – aqueles que resultavam mais aptos para o desenvolvimento do capitalismo e em benefício do centro europeu. Em segundo lugar, reprimiram tanto como puderam, ou seja, em variáveis medidas de acordo com os casos, as formas de produção de conhecimento dos colonizados, seus padrões de produção de sentidos, seu universo simbólico, seus padrões de expressão e de objetivação da subjetividade. A repressão neste campo foi reconhecidamente mais violenta, profunda e duradoura entre os índios da América Ibérica, a que condenaram a ser uma subcultura camponesa, iletrada, despojando-os de sua herança intelectual objetivada. [...] Em terceiro lugar, forçaram – também em medidas variáveis em cada caso – os colonizados a aprender parcialmente a cultura dos dominadores em tudo que fosse útil para a reprodução da dominação, seja no campo da atividade material, tecnológica, como da subjetiva, especialmente religiosa.

Assim o etnocentrismo⁶ europeu se deu por meio da classificação racial dos povos, do controle das mais variadas formas de exploração do trabalho e pela captura da subjetividade de outros povos, controle da cultura e do conhecimento, a partir do descobrimento/conquista e ou invenção da América, o que desenvolveu outro fenômeno denominado de eurocentrismo.

O nome América foi institucionalizado em 1507 em homenagem ao comerciante italiano Américo Vespúcio que revelou que o território “descoberto” por Cristóvão Colombo não se tratava das índias e sim de um Novo Mundo. Já o conceito América Latina encontrou terreno fértil para se desenvolver a partir das revoluções de independência do século XIX, para diferenciar os latinos e os anglo-saxões e principalmente como oposição de Napoleão III a expansão dos Estados Unidos. Por meio do movimento literário do romantismo e da doutrina denominada de panlatinismo que pretendia reunir politicamente todas as nações latinas que começou a usar o termo *race latine* para identificar as diferenças de raças, cultura e língua, assim como para consolidar a superioridade política de alguns grupos sobre outros (QUENTAL, 2012).

O conceito América latina, apareceu pela primeira vez em 1856 no poema *Las dos Americas* do jornalista colombiano José Maria Torres de Caicedo (1830-1889), utilizado como combate a expansão dos Estados Unidos que, influenciado pelo movimento Lenda Negra⁷ e a

⁶ Uma visão antropológica que considera uma etnia superior as demais.

⁷ Forte sentimento antiespanhol que se iniciou no século XVI na Grã-Betanha cruzou o Atlântico e se estendeu aos Estados Unidos pelos colonizadores Ingleses.

incompatibilidade religiosa, elaboram a doutrina do Destino Manifesto⁸, termo utilizado pela primeira vez pelo jornalista John O' Sullivan (1813-1895). Assim, para garantir sua expansão e conduzir a história da humanidade passaram a se denominarem americanos e, atribuir adjetivos pejorativos aos que não eram anglo-saxões ou brancos, considerando-os latino-americanos.

O quinto presidente dos EUA, John Quincy Adams (1767-1848) comparou os espanhóis aos porcos em um trecho de seu diário “são vadios, sujos e malvados, em suma, seria justo compará-los a uma vara de porcos” (TAYLOR; FRIEDLAENDER, 1981, p. 17-27). Os princípios da doutrina do Destino Manifesto, pode ser compreendido na exposição de Albert Beveridge de 1900:

Deus não preparou os povos anglófonos e teutônicos por mil anos para uma contemplação vã e inútil e a auto-admiração. Não! Ele nos fez os mestres organizadores do mundo para estabelecer um sistema onde reina o caos. Ele nos deu o espírito do progresso para sobrepujarmos as forças da reação por toda a terra. Ele nos fez adeptos do bom governo para que possamos administrá-lo aos povos selvagens e senis. Não fosse por tal força, esse mundo se afundaria no barbarismo e nas trevas. E, de toda nossa raça, ele marcou o povo americano como Sua nação escolhida para finalmente liderar no trabalho de regeneração do mundo. Essa é a missão divina da América, e ela reserva a todos nós todo os proventos toda a glória e toda a felicidade possível ao ser humano. Nós somos os depositários do progresso mundial, os guardiões da paz virtuosa (BEVERIDGE, 1900, p.85).

A partir desses pressupostos os EUA consolidaram as justificativas morais para conquistar as colônias espanholas, transformando-as em neocolônias americanas, usando de todo e qualquer artifício para isso. Na atualidade, o conceito América Latina é utilizado, em parte, para referenciar os habitantes que vivem ao sul do Rio Grande⁹. Faz parte dessa região 12 países da América do Sul, 14 do caribe e 07 da América Central totalizando aproximadamente 700 milhões de habitantes (ARAÚJO, 2006).

⁸ Crença entre os habitantes dos Estados Unidos de que eram o povo escolhido por Deus para civilizar todo o continente e conduzir a história da humanidade.

⁹ Fronteira do México e Estados Unidos.



Figura 04 – Mapa da América Latina
Fonte: <http://www.geografia.seed.pr.gov.br>

Diante dessas constatações, compreende-se que o conceito América Latina envolve discussões que vão do âmbito da linguística até a biologia e, que devido a sua pluralidade ainda não está totalmente definido, para Diniz (2007), o conceito de América Latina é visto como problemático.

Durante muito tempo o conceito “América Latina” foi sinônimo de subdesenvolvidos, não civilizados, povo pobre, nativo e corrupto. Este cenário começou a mudar a partir das décadas de 1950-1960, quando os Estados Unidos da América a fim de impor uma maior dominação atribuiu a essa expressão diversos discursos políticos e ideológicos.

O conceito de América Latina e de identidade latino americana são alguns dos temas que por diversas décadas foram pautas de amplos debates e interpretações divergentes, concebidas de um lado, por uma literatura dominante – de origem colonizadora –, que interpretava a região negativamente e, de outro pela teoria regionalista, composta predominantemente por intelectuais de origem latina (SOUZA, 2011, p. 2).

Roberto Reis, em seu texto “O espaço da latino – Americanidade” de 1988, afirma que:

O homem latino-americano era o objeto e não sujeito de sua história. Pois a história nos foi imprimida pelo colonizador. Enquanto a América Latina não assumiu (não assume) a condição de seu processo histórico, a realidade em vigência entre nós foi (tem sido) a europeia. Ou seja, fomos (somos) dependentes culturalmente. E é claro, a dependência cultural é o corolário de uma dependência econômica e política (REIS, 1998, p.26).

Dessa forma, a conceituação América Latina nasceu num sentido ideológico e pejorativo, como adjetivo e não substantivo. Atualmente, alguns estudiosos, entendem por América latina os países de língua espanhola, portuguesa e francesa, porém, a conceituação de um povo não se dá somente pela língua materna e sim por sua culturação, sendo assim, a língua nacional é apenas um fator da identidade latina, mas não o principal.

Walter Mignolo (2007, p.17) explicita que:

Desde Bartolome de Las Casas, en el siglo XVI, hasta Hegel, en el siglo XIX, y desde Marx hasta Toynbee, en el siglo XX, los textos que se han escrito y los mapas que se han trazado sobre el lugar que ocupa América en el orden mundial no se apartan de una perspectiva europea que se presenta como universal. Es cierto que los autores reconocen que hay un mundo y unos pueblos fuera de Europa, pero también es cierto que ven a esos pueblos y a los continentes en que habitan como «objetos», no como sujetos, y en cierta medida, los dejan fuera de la historia. Dicho de otra forma, se trata de sujetos cuyas perspectivas no cuentan.

Nesse sentido, o desconhecimento das nossas origens e a aceitação das origens europeias como nossas, pode ser um dos fatores que contribuíram para que a discussão sobre a aceitação e consolidação do nome “América Latina” percorresse um período de quase dois séculos e, também para que o povo latino americano até hoje seja considerado pelos europeus um povo periférico e inferior, pois um povo sem identidade é facilmente dominado. Para Arturo Ardao

(1978) “no saber cómo llamarse es algo más que no saber cómo se es; es no saber quién se es” (ARDAO, 1978, p.22).

Nesse sentido, de acordo com Santos (2016), o que ocorria, ou talvez ainda ocorra, é que “[...] a cultura de um determinado povo era eleita como a universal por excelência e, em razão disso, reduzia-se a multiplicidade do humano a um único elemento da diversidade” (SANTOS, 2016, p.220), desenvolvendo um paradigma falso de universalismo e que pôde, ou talvez ainda possa naturalizar “[...] a negação e a exploração de todos os povos que não se assemelhassem à cultura modelar, como aconteceu com a justificação do imperialismo das potências europeias por meio do discurso da superioridade do homem ocidental” (SANTOS, 2016, p.220).

Segundo o autor ao explicitar o pensamento do mexicano Leopoldo Zea (1912-2004), a construção de uma identidade inferiorizada do povo latino se fortaleceu também por meio de elites intelectuais que naturalizaram a negação do seu próprio passado, em outras palavras, negaram a gênese de sua formação identitária. O que contribuiu para que esse povo viesse a padecer de um “um complexo de inferioridade construído num longo processo de alienação” (SANTOS, 2016, p.221).

No entanto, para Gavião (2013), nesta mesma conjuntura também surgiram intelectuais críticos a esse processo de negação da gênese de formação identitária latina, como por exemplo: José Martí (1853-1895) que ao lutar pela independência cubana desenvolveu concepções de identidade, independência e liberdade bem como denunciou a cobiça estadunidense para com os países latinos.

Para Martí, a unidade da identidade latino-americana estava na mestiçagem e na origem indígena. Portanto, para ele era necessário a independência de Cuba e demais países da América Latina, para que a América pudesse reelaborar seu passado e constituir suas próprias raízes. Em seu texto *Nuestra América* publicado pela primeira vez em 1891, evidenciou a importância de valorizar a cultura indígena e a origem latino-americana: “[...] A história da América, dos incas para cá, deve ser ensinada minuciosamente, mesmo que não se ensine a dos arcontes da Grécia. A

nossa Grécia é preferível à Grécia que não é nossa. Nos é mais necessária” (MARTÍ, 1985, p.34, tradução nossa¹⁰).

Para Gavião (2013):

Martí tentou combater o preconceituoso *mind set* norte-americano, que buscava legitimar o controle da ilha partindo de categorizações pejorativas de seu povo. Na Filadélfia, o jornal *The Manufacturer* descrevia os cubanos como “efeminados”, como um povo dotado de “aversão a todo esforço”, “preguiçosos” e desprovidos de “iniciativa”; categorizações, estas, que muitas vezes também competiam ao restante da América Espanhola (GAVIÃO, 2013, p.38).

Destarte, problematiza-se que uma das possibilidades para a desconstrução negativa do conceito América latina, portanto de superação da coletividade inferiorizada, é retomar as nossas origens, ou seja, conhecer nossa história e politizar a educação. Ou seja, como afirma Castells (1996) a construção de identidades vale-se de matéria-prima fornecida pela “história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso” (CASTELLS, 1996, p.23).

Nesse sentido, pode-se inferir que a construção de uma identidade se dá por meio da relação entre educação, ensino e cultura e é essa identidade construída que na perspectiva de Hall (2006, p.12): “[...] costura (ou, para usar uma metáfora médica, "sutura") o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis”.

Torna-se ponto de partida para desvelar e construir uma identidade autêntica, na perspectiva de Dussel (1997) superar o ensino fragmentado dos fenômenos sociais: Segundo o autor é fundamental:

¹⁰ “[...] La historia de América, de los incas acá, ha de enseñarse al dedillo, aunque no se enseñe la de los arcontes de Grecia. Nuestra Grecia es preferible a la Grecia que no es nuestra. Nos es más necesaria” (MARTÍ, 2005, p.34).

[...] destruir os particularismos que impedem a autêntica compreensão de um fenômeno que só pode e deve ser compreendido tendo em conta os horizontes que o limitam e que, em última instância, não é outro que a história universal – que, passando pela pré-história e pela paleontologia, entronca-se com a temporalidade cósmica. Querer explicar a história de um povo partindo ou tomando como ponto de partida alguns fatos relevantes – embora sejam muito heroicos e que despertem toda a sentimentalidade de gerações – que se situam no início do século XIX ou do XVI, é simplesmente "mitificar" e não "historiar" (DUSSEL, 1997, p.15).

A ausência de uma consciência latino-americana, segundo dussel (1965), foi um dos empecilhos para o progresso dos países da região, e portanto, faz-se necessário uma educação que possibilite a compreensão de que “[...] somos mestiços, somos índios, somos negros, somos brancos, somos amarelos, mas, sobretudo, somos latinos e americanos (ALVAREZ, 2016, p.9) e fomenta a busca por valores próprios da América Latina e a superação da subserviência da cultura eurocêntrica.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões realizadas permitem problematizar que o conceito América Latina e a identidade latino americana ainda estão em construção. Tendo em vista que a América Latina é uma região marcada por um povo sofrido e explorado, que por falta de conhecimento de sua história não reconhece o seu valor, e mascara sua dignidade. Dito de outra forma, pode-se evidenciar o que foi explícito por Reis (1988) que “enquanto a América Latina não assumiu (não assume) a condição de seu processo histórico, a realidade em vigência entre nós foi (tem sido) a europeia” (REIS, 1988, p.26).

Desse modo, faz-se necessário despertar no homem latino-americano a identidade de um povo resistente, rico em cultura e língua, ou seja, faz-se necessário superar a coletividade inferiorizada, para que possa enxergar-se como a unificação dos diferentes. Para que isso ocorra, é essencial, como já dizia Marx e Engels (1986), “dominar o que os dominantes dominam” (MARX; ENGELS, 1986, p.56), ou seja, o conhecimento, a ciência, em outras palavras a própria história. E essa conscientização só pode ser feita por meio de um ensino de história, atrelado às

outras disciplinas, que permita o desvelar de uma identidade construída por seu povo e não pela reprodução de conceitos e cultura disseminados pela tradição colonizadora.

Para Martins (2004) a cultura histórica é uma forma de contextualizar os modos políticos, sociais e econômicos pelos quais as sociedades constroem e administram seu passado, e para que a práxis cultural se revista de caráter histórico requer uma consciência histórica, isto é, uma consciência constituída, ao longo do tempo, sob a forma de pensamento histórico (ou historicizado), uma das funções primordiais de uma educação transformadora que tem no ensino possibilidades de superação.

REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, Maria Luisa Ortiz. (Des) Construção da identidade latino-americana: heranças do passado e desafios futuros. **Revista Intercâmbio**, 2016.
- ARDAO, Arturo. **La idea de la magna Colombia de Miranda a Hostos**. Centro de Estudios Latinoamericanos, Facultad de Filosofía y Letras, Coordinación de Humanidades, Universidad Nacional Autónoma de México, UDUAL, 1978.
- AGOSTINHO, Bispo De Hipona. **A cidade de Deus**. Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.
- BEVERIDGE, Albert. **Congressional Record**, 9 January, 711, 1900.
- CASTELLS, Manuel. O poder da identidade, v. II, **Paz e Terra**, São Paulo, 1996, p. 22 -28.
- DINIZ, Dilma Castelo Branco. O conceito de América Latina: uma visão francesa. **Caligrama**, Belo Horizonte, v. 12, p. 129-148, 2007.
- DUSSEL, Enrique. **Oito ensaios sobre cultura Latino-America e libertação**. São Paulo: Paulinas, 1997.
- DUSSEL, Enrique. América ibérica na história universal. **Revista Occidente** nº. 25, Madri, 1965.
- GAVIÃO, Leandro. A Construção da Identidade Latino-Americana: uma análise da contribuição dos intelectuais ibero-americanos (1889-1932). **Revista Neiba, Cadernos Argentina Brasil**, v. 2, n. 1, p. 39-46, 2013.
- GEORAMA. **HISTÓRIA da Cartografia**. Rio de Janeiro: Editora Codex, 1967.
- Hall, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro-11. ed. -Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

LAS CASAS, Bartolomé de; LLORENTE, J. A. **Brevísima relación de la destrucción de las Indias**. Fontamara, 1974.

LAS CASAS, Bartolomeu de. **História de las Índias III**. Edición de Augustín Millares Carlo. Estudio preliminar de Lewis Hanke. Ed. Fondo de Cultura Económica. México, 1992.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálisis**, v. 10, n. SPE, p. 37-45, 2007.

MANACORDA, Mário Alighiero. **História da Educação: da antiguidade aos nossos dias**. São Paulo: Cortez, 1989.

MARTÍ, José. **Nuestra América**. Venezuela: Fundación Biblioteca Ayacucho, 1985.

MARTINS, E. C. R. Consciência histórica, práxis cultural e identidade nacional. In: Gonçalves, A. T. M.; Souza, A. M.; Serpa, E. C.; Bittencourt, L. B.. (Org.). **Escritas da História. Intelectuais e Poder**. 1 ed. Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás, 2004

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã** (Feuerbach). 5. ed. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Hucitec, 1986.

MIGNOLO, Walter. **La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial**. Barcelona: Gedisa Editorial, 2007.

NEMI, Ana Lúcia Lana; MARTINS, João Carlos. **Didática da História: o tempo vivido uma outra história?**. São Paulo: FTD, 1996.

OLIVEIRA, Carla Mary S. **A América alegorizada: imagens e visões do Novo Mundo na iconografia europeia dos séculos XVI a XVIII: América; Iconografia; Alegoria; Séculos XVI a XVIII**. Editora da UFPB, 2014.

ORTELIUS, Abraham. L'Epitome du theatre de l'univers d'Abraham Ortelius: nouvellement recogneu, augment, et restaur de mesure géographique: par Michel Coignet mathemat [icien] d'Anvers. **Ioannisi Bapt. Vrintii, Antverpiae [Antwerpen]**, v. 1609.

QUENTAL, Pedro de Araújo. A latinidade do conceito de América Latina. **GEOgraphia**, v. 14, n. 27, p. 46-75, 2012.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E.(ed.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: Clacso, 2005.

REIS, Roberto. O espaço da latino-Americanidade. **Crítica Literária Latino Americana**, Lima, 1988, p.25-37.

SANTOS, Luciano dos. A identidade da América Latina: o projeto intelectual de Leopoldo Zea. Goiânia: IFG, 2016.

SILVA, Karina Vanderlei. **Dicionário de conceitos históricos**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2009.

SOUZA, Ailton. América Latina, conceito e identidade: algumas reflexões da história. **PRACS: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**. Macapá, n. 4, p. 29-39, dez. 2011.

TAYLOR, Robert J.; Mark Friedlaender. **Diary of John Quincy Adams**. Cambridge: Belknap Press, 1981.

VIEIRA, Vera Lucia; CASTAÑEDA, Eugenia Cecília Gomez. Identidade latino-americana: dualismo ou integração. **VI Jornadas Latinoamericanas de Historia de las Relaciones Internacionales: “Regiones y Naciones. Las Relaciones Internacionales en el Espacio Latinoamericano y en el Mundo”**. Universidad Católica de Santiago del Estero. Argentina, 2009.